

ESTRUTURA CONCEITUAL PARA DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NO TERCEIRO SETOR: ESTUDO DE CASO DA ABEL

Mariano Yoshitake
Wagner Pagliato
Wilson Bustamante Filho
Keyla Cerqueira Serra
Melissa Monteiro Ribeiro Isaac

Resumo

As demonstrações contábeis são uma representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma entidade no período findo nessa data. O objetivo das demonstrações contábeis de uso geral é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, que são úteis para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisões. As demonstrações contábeis também mostram os resultados do gerenciamento, pela Administração, dos recursos que lhe são confiados. E ainda o entendimento que traz a ITG 2002 e a Norma NBCT 10.19, quando estabelecem critérios e procedimentos específicos de avaliação e reconhecimento das transações e variações do patrimônio e a estruturação das demonstrações contábeis e o mínimo que deve conter as notas explicativas nas Entidades sem Fins Lucrativos (EFSL). Entretanto, algumas adaptações devem ser feitas e dizem respeito, principalmente, à nomenclatura de algumas contas a serem utilizadas.

Palavras-chaves: Demonstrações Contábeis. Terceiro Setor. Contabilidade.

Abstract

The financial statements are a structured representation of the monetary financial position at a given date and transactions performed by an entity in the period then ended. The objective of general purpose financial statements is to provide information about the financial condition, results and cash flows of an entity that is useful to a wide range of users in making decisions. The financial statements also show the results of management by Management of the resources entrusted to it. And the understanding that brings ITG 2002 and the NBCT Standard 10:19, when establishing specific criteria and procedures for assessment and recognition of transactions and assets of the variations and the structure of the financial statements and the minimum that must contain the notes in the Entities without Fins profit (EFSL). However, some changes need to be made and relate mainly to the nomenclature of certain accounts to be used.

Keywords: Financial Statements. Third Sector. Accounting.

Área temática: Ciências Contábeis.

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

O Terceiro Setor é visto como derivado de uma conjunção entre as finalidades do Primeiro Setor (Estado) e a metodologia do Segundo (Mercado), ou seja, composto por

organizações que visam a benefícios coletivos (embora não sejam integrantes do governo) e de natureza privada (embora não objetivam auferir lucros).

Terceiro Setor se configura como aquele de iniciativas de participação cidadã. As ações que se constituem neste espaço são tipicamente extensões da esfera públicas não executadas pelo Estado e caras demais para serem geridas pelos mercados. Começa então o papel do cidadão que, agente ativo da sociedade civil, a organizar de modo a catalisar trabalho voluntário em substituição aos serviços oferecidos pelo Estado via taxaço compulsória, e a transformar em doação a busca por lucro mercado.

As organizações de caráter público estão voltadas para o atendimento de interesse mais gerais da sociedade, produzindo bens ou serviços que tragam benefícios para sociedade como um todo.

Aquelas organizações que atuam efetivamente em ações sociais, na busca de benefícios coletivos públicos, e que podem ser consideradas como de utilidade pública, são capazes de auxiliar o Estado no cumprimento de seus deveres, atentando para as desigualdades vigentes no país e incapacidade do Estado de desempenhar com eficiência as atividades que lhe são atribuídas.

Uma tentativa de definição para o conjunto do Terceiro Setor é apresentada por Salamon e Anheier, sendo a mais amplamente utilizada e aceita, e denominada estrutural/operacional. Segundo essa definição, as organizações que fazem parte deste setor apresentam cinco características:

- 1- **Estruturadas:** possuem certo nível de formalização de regras e procedimentos, ou algum grau de organização permanente. São, portanto, excluídas as organizações sociais que não apresentem uma estrutura interna formal.
- 2- **Privadas:** estas organizações não tem nenhuma relação institucional com governos, embora possam dele receber recursos.
- 3- **Não distribuidoras de lucros:** nenhum lucro gerado pode ser distribuído entre seus proprietários ou dirigentes. Portanto, o que distingue essas organizações não é o fato de não possuírem “fins lucrativos”, e sim, o destino que é dado a estes, quando existem. Eles devem ser dirigidos à realização da missão da instituição.
- 4- **Autônomas:** possuem os meios para controlar sua própria gestão, não sendo controladas por entidades externas.
- 5- **Voluntárias:** envolvem um grau significativo de participação voluntária (trabalho não remunerado). A participação de voluntários pode variar entre organizações e de acordo com a natureza da atividade por ela desenvolvida.

No Brasil a natureza jurídica das entidades sem fins lucrativos são classificadas em:

- a) Fundação Mantida com Recursos Privados;
- b) Associação.

Análise das Demonstrações Contábeis na Entidade do Terceiro Setor

A análise das demonstrações contábeis “Constitui-se num processo de meditação sobre os demonstrativos contábeis objetivando uma avaliação da situação da empresa, em seus aspectos operacionais, econômicos, patrimoniais e financeiros”.

Os indicadores econômicos financeiros, extraídos das demonstrações contábeis, servem para tomada de decisão da organização. Percebe-se que as organizações do Terceiro Setor estão em busca da realização das análises das demonstrações contábeis, uma vez que a sua maior preocupação ainda é o fornecimento desses relatórios de forma sistemática e regular.

No que diz respeito às demonstrações contábeis preparadas para as entidades sem fins lucrativos devem fornecer informações de forma regular e tempestiva; possibilitar o acesso do usuário da informação aos objetivos, estrutura e atividade executada pelas entidades; e

possibilitar ao usuário uma apreciação das transações realizadas durante o exercício social das Entidades de Interesse Social, bem como uma posição contábil no final do ano.

Faz-se importante que as organizações de forma geral, incorporem novas dimensões e novos instrumentos com a finalidade de fornecer informações para que os administradores atinjam os seus objetivos de forma mais eficaz e eficiente. Seria o momento da adoção da Controladoria.

1.2 Problema de pesquisa

Nesse contexto, o questionamento direcionador desta pesquisa é: As Entidades Sem Fins Lucrativos seguem as normas de Contabilidade – ITG 2002 e NBTC 10.19?

1.3 Objetivos

1.3.1 Geral

Aplicar a ITG 2002 e NBCT 10.19 nas Entidades Sem Fins Lucrativos e apresentar os modelos dos relatórios contábeis.

1.3.2 Específicos

Os objetivos específicos são:

- Identificar a aplicação das normas contábeis dentro de cada uma das demonstrações.
- Levar informações consistentes aos usuários destes relatórios.
- Apresentar o modelo de cada peça contábil.

1.4 Justificativa

O Intuito da realização deste artigo é explicitar que de forma geral as demonstrações contábeis do Terceiro Setor não são diferentes das empresas comerciais.

Aplicam-se a essas entidades os Princípios Fundamentais de Contabilidade, bem com as Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas e Comunicados Técnicos, editados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

As entidades sem finalidade de lucro são aquelas em que o resultado positivo não é destinado aos detentores do patrimônio líquido e o lucro ou prejuízos são denominados, respectivamente, de superávit ou déficit.

O valor do superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta Superávit ou Déficit do Exercício enquanto não aprovado pela assembleia dos associados e após a sua aprovação, deve ser transferido para a conta Patrimônio Social.

2. METODOLOGIA

A Pesquisa descritiva, para Martins (1994), é aquela que objetiva a descrição das características de determinada população ou fenômeno, bem como o estabelecimento de relação entre variáveis e fatos. A presente pesquisa caracteriza-se como descritiva. As naturezas das variáveis a serem levantadas são do tipo quantitativo e qualitativo.

Quanto aos meios, pode-se classificar, ainda, em estudo de caso, pesquisa bibliográfica e documental. Segundo Gil (2008), o estudo de caso consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento. A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

Esse artigo vai se desenvolver através dos estudos de Leis específicas como a ITG 2002 (Lei nº), da NBC T 10.19 e através de bibliografias relacionadas às Demonstrações Contábeis de forma geral e ainda a Contabilidade aplicada ao Terceiro Setor.

3. PESQUISA FUNDAMENTAL

3.1 Estrutura Conceitual para Demonstrações Contábeis no Terceiro Setor: Estudo de Caso da Associação Brasileira de Educadores Lassalistas – ABEL

No caso apresentado todos os elementos e informações da entidade são reais.

Apresentação da Entidade

As escolas católicas Lassalistas surgiram em 1680, na cidade de Reims, França, e têm como Fundador São João Batista de La Salle (1651-1719).

No Brasil, os irmãos se estabeleceram em 1907, no Rio Grande do Sul. Desde 1959 havia duas sedes administrativas, denominadas Províncias.

A Província de Porto Alegre mantinha obras no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Amazonas, Pará, Maranhão, Mato Grosso e Distrito Federal. A Província de São Paulo se fez presente no Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Tocantins e Distrito Federal. Por exigência das leis brasileiras, as duas Províncias se organizaram em entidades civis. Assim, a Província de São Paulo ficou denominada de Associação Brasileira de Educadores Lassalistas (ABEL), com estatuto jurídico específico e todos os registros e documentos em conformidade com a legislação sobre o assunto.

Em Julho de 2011 com a reestruturação religiosa da Rede La Salle, para aperfeiçoar a administração de mais de 1500 unidades Lassalistas existentes em mais de 79 países e em todos os continentes do planeta foi unificada as Províncias de Porto Alegre e São Paulo e da Delegação do Chile, foi então criada a Província La Salle Brasil-Chile, oficializada pelo seu Superior Geral e pelo seu conselho em Roma; passando a funcionar a partir de Janeiro de 2012.

A ABEL foi fundada no Rio de Janeiro, em 18 de Outubro de 1949, para atender as necessidades do Instituto Abel, em Niterói, RJ. Passou a ter o nome de jurídico de Província Lassalista de São Paulo, que foi criada a 24 de fevereiro de 1959, por ocasião da primeira visita ao Brasil do então Superior Geral da Congregação Lassalista, o Irmão Nicet-Joseph. A sede da ABEL passou para São Paulo (sede da Província Lassalista de São Paulo – Brasil) a partir de 1962, conforme consta na Ata Registrada de 30 de março daquele ano.

Presença Lassalista no Brasil e no mundo

No mundo todo, os Irmãos Lassalistas mantêm mais de 1500 instituições de ensino, reconhecidos pela excelência e formação de seres humanos integrais. São mais de 80 países, 6 mil irmãos e 55 mil educadores que auxiliam 1 milhão de crianças, jovens e adultos na construção do conhecimento.

No Brasil estão presentes em 10 Estados e no Distrito Federal, são 48 comunidades educativas, com mais de 60 mil alunos e mais de 3 mil educadores.

Finalidades Estatutárias

A ABEL, personalidade jurídica da Província Lassalista de São Paulo, também conhecida pela denominação INSTITUTO DOS IRMÃOS DAS ESCOLAS CRISTÃS, é uma associação civil, religiosa, filantrópica, educacional e de assistência social, sem fins econômicos que, sob os requisitos da Lei, mantém-se enquadrada no Artigo 150, VI, “c” e no Artigo 195, ambos da Constituição da Republica Federativa do Brasil, 1988. (Art. Capítulo I – Paragrafo Único – do Estatuto Social).

Atende seus objetivos estatutários ao desenvolver programas e projetos nas áreas EDUCACIONAL, CULTURAL, ASSISTENCIAL, PROMOÇÃO HUMANA, FILANTRÓPICA, SEM FINS ECONÔMICOS, por meio de filiais, de forma direta e/ou indireta, por meio de parcerias com Órgãos Públicos e Organizações Não Governamentais.

Tem por finalidade, buscar a integração de suas ações voltada à formação integral do ser humano, de acordo com os princípios de seu fundador. Para atingir suas finalidades, a ABEL atua em consonância com a legislação em vigor.

Patrimônio Social

O Patrimônio da ABEL permaneceu formado por bens, moveis e imóveis de sua propriedade e por todos aqueles que vierem a adquirir pelas contribuições dos associados ou de terceiros, por outras receitas provenientes de suas atividades sociais, por subvenções dos poderes público, federal, estadual, e municipal, bem como donativos e legados.

Caso haja a dissolução ou extinção da ABEL o seu patrimônio será destinado à outra Instituição congênere nos Pais, sem fins econômicos ou a uma Instituição Pública.

Recursos Financeiros

A principal fonte dos recursos da ABEL foi proveniente de: contribuição de alunos, rendimentos de bens ou serviços, subvenções dos poderes públicos, donativos de pessoas físicas e jurídicas do país ou do exterior; receitas ou rendimentos decorrentes de contratos ou serviços de prestação de serviços; rendimentos com hospedaria, contratos ou convênios de parcerias; eventuais rendas e rendimentos; compra e venda de uniformes, material didático, apostilas, cadernos de produção de texto, cadernos, livros, lápis, caneta, CDs e outros correlatos, compra e venda de direitos autorais; serviços de propaganda e publicidade; serviços de reprografia, serviços de secretária em geral, contrato de utilização de biblioteca, organização de eventos, exploração de casa de espetáculo, teatro e quadras esportivas, auditório, salão de festas, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza, locação de imóveis e de moveis e administração de estacionamento.

Aplicação dos recursos econômico-financeiros

A ABEL aplicou seus recursos na consecução de suas finalidades institucionais, dentro do território Nacional. Para melhor atender aos seus objetivos aplicará valores financeiros em instituições de educação e/ou cultura e/ou de comunicação social e/ou de assistência social, que tenham por objetivo a promoção, a defesa e a garantia dos direitos de crianças, jovens, adolescentes, adultos e idosos.

Recursos Humanos

No que diz respeito a recursos humanos da ABEL bem como em suas filiais, conta com o trabalho gratuito dos membros da Diretoria e dos Associados, e com o trabalho de profissionais contratados de diferentes áreas: Assistentes Sociais, Professores, Psicólogos, Pedagogos, Auxiliares da Administração, Técnicos em manutenção de equipamentos e de instalações: contou também com o apoio de estagiários. No ano de 2013, a ABEL, contou com a colaboração de 1354 funcionários remunerados, sendo pessoal acadêmico (mestres/doutores/professores) 644; pessoal administrativo 646 e 44 estagiários, 161 trabalhadores autônomos; somando um total de 1515 colaboradores no seu quadro funcional.

Programas Educacionais ABEL

A ABEL, para cumprimento de suas finalidades estatutárias e voltada para a promoção da educação de forma integral, ofereceu por meio das filiais: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, Curso Profissional Técnica de Nível Médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Superior, *na modalidade presencial*, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB e Lei 12.101/09 regulamentada pelo Decreto 7237/10 e Lei 11.906/05 que Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI.

Priorizou suas ações educacionais, visando atender o Plano Nacional de Educação - PNE, no sentido de:

- diminuir a exclusão e vulnerabilidade social;
- proporcionar a inclusão de pessoas com necessidades especiais no ambiente escolar;
- integrar os educandos e suas famílias e comunidade num processo educativo desenvolvendo entre eles a cidadania, por meio da cooperação, solidariedade e experiência de vida;
- formar sujeitos éticos, socialmente responsáveis e profissionais qualificados para o mundo do trabalho e para o exercício da cidadania;
- contribuir para a construção de cidadãos ativos, críticos, reflexivos e criativos;
- conscientizar os Educandos, suas Famílias e a Comunidade; quanto à responsabilidade social da ABEL.

Observando os princípios legais, a publicidade e transparência de suas ações e a sua disponibilidade econômica a ABEL concedeu bolsas de estudos integrais e parcial de 50%, conforme Lei 12.101/09 regulamentada pelo Decreto 7237/10 e Lei 11.906/05 que Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI às crianças, jovens, adolescentes e adultos, respeitando sua disponibilidade orçamentária e o número de vagas de cada curso / turno, por meio dos seus programas educacionais, sendo:

- **PROUNI:** instituído pelo Governo Federal, em conformidade com a Lei 11.096/05, contempla estudantes beneficiados pelo Programa Universidade para Todos – PROUNI; concedendo bolsas de estudos integrais e parciais (50%) por meio de análise da situação socioeconômica dos candidatos pré-selecionados pelo programa para concessão de bolsa de estudo e avaliará a efetividade das bolsas concedidas.
- **PROGRAMA DE BOLSA DE ESTUDO SOCIAL:** objetiva promover e garantir os direitos de cidadania às crianças, adolescentes, jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social ou com hipossuficiência econômica, possibilitando a inclusão social na Educação Básica, Curso Profissionalizante Técnico de Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Superior.

Principais personagens do Terceiro Setor

Associação - é uma pessoa jurídica constituída pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos. Não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos, mas sim entre os associados e a associação.

Doador - É aquela pessoa que, por liberalidade, transfere do seu patrimônio bens ou vantagens para o de outra (artigo 538 do código civil e lei no 10.406/2002). São elementos característicos da doação que:

- a) Que se realize entre vivos;
- b) Que haja a transferência efetiva do patrimônio de um para o outro;
- c) Que a vontade do doador seja a de fazer uma liberalidade (vontade desinteressada de fazer o bem a outrem);

A ABEL, de acordo com seus Estatutos, é uma associação civil, religiosa, filantrópica, educacional e de assistência social, sem fins econômicos que, sob os requisitos da Lei, mantém-se enquadrada no Artigo 150, VI, “c” e no Artigo 195, ambos da Constituição da Republica Federativa do Brasil, 1988. (Estatuto – Capítulo I)

Desde a sua fundação em 18/10/1949 dedica-se atender os objetivos estatutários desenvolvendo, serviços, programas e projetos nas áreas EDUCACIONAL, ASSISTENCIAL, PROMOÇÃO HUMANA, FILANTRÓPICA, SEM FINS ECONOMICOS, por meio das

filiais, de forma direta e/ou indireta, por meio de parcerias com Órgãos Públicos e Organizações Não Governamentais.

Ao longo de sua história ampliou sua presença no território nacional e diversificou suas atividades com a intenção de atender a necessidade de cada comunidade local, visando buscar a integração de suas ações voltadas à formação integral do ser humano, de acordo com os princípios do seu fundador.

Benefício como doações, serviços voluntários e isenção de tributos podem – se transformar em grandes problemas quando não há uma correta administração contábil e financeira, contudo a ABEL entende que esta questão é fundamental para manutenção e desenvolvimento da entidade, por isso mantém dentro da Associação seu próprio setor de Contabilidade.

Normas Brasileiras aplicáveis ao Terceiro Setor

De acordo com as normas brasileiras de contabilidade, as entidades do terceiro setor são aquelas em que os resultados positivos não são destinados aos detentores do patrimônio líquido e o lucro ou prejuízo são denominados, respectivamente, de superávit ou déficit. Tais entidades, mesmo aquelas que tenham sede no exterior, mas que atuem no Brasil devem seguir essas normas.

NBCT 1- estrutura conceitual para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis.

NBC T 2.2- Da documentação contábil;

NBC T 2.5- Das contas de compensação

NBC T 3 - conceito, conteúdo, estrutura e nomenclatura das demonstrações contábeis;

NBC T 4 – Da avaliação patrimonial;

NBCT 6 – Da divulgação das demonstrações contábeis;

NBC T 10 – Aspectos contábeis de entidades diversas;

NBC T 10.4 - Fundações

NBC T 10.19- Entidades sem fins lucrativos

Resolução CFC 1409/12- ITG 2002 de 26/10/2012

NBC TG 07: Subvenção e assistências governamentais (quando aplicável)

Marco Legal da Filantropia:

A partir de 2009, entrou em vigor a Lei nº12. 101, de 27 de novembro 2009, dando um novo impulso à filantropia no Brasil. Esta legislação traz em seu bojo uma nova forma de realizar filantropia seja na área da assistência social, educação e/ou saúde, onde a atividade econômica principal constante no CNPJ deverá corresponder ao principal objeto de atuação da entidade, sendo que a atividade preponderante da associação será onde esta realiza a maior parte de suas despesas, conforme § 1º do artigo 10 do decreto 8.242/2014.

A Importância da Contabilidade para o Terceiro Setor

De grande importância é a contabilidade para o Terceiro Setor. Pois com o auxílio desta, é possível demonstrar para a sociedade o trabalho que vem sendo realmente desenvolvido por parte destas instituições sem fins lucrativos. O principal problema encontrado por elas hoje é a falta de confiabilidade por parte da grande maioria da sociedade, devido ao envolvimento de algumas dessas instituições frequentes escândalos, principalmente envolvendo fraudes.

Quanto mais clara for à mensuração de todo o processo operacional da entidade, mais positivamente esta entidade será vista, e com isso, mais recursos poderão ser arrecadados.

A Contabilidade em Entidades do Terceiro Setor torna-se importante, não somente para demonstrar a origem dos recursos e a forma como foram aplicados, mais principalmente para validar juridicamente os atos financeiros da Entidade.

Existem várias formas para realizar essa evidenciação:

- Forma e apresentação das demonstrações contábeis;
- Informação entre parênteses;
- Notas de rodapé (explicativas);
- Quadros e demonstrativos suplementares;
- Parecer do auditor; e.
- Relatório da diretoria.

É importante revelar a todos os interessados o balanço patrimonial, que demonstra a situação estática do Patrimônio da Entidade. Portanto é indispensável a qualquer tipo de Entidade, seja ela com ou sem fins lucrativos. Lembrando que nas Entidades do Terceiro Setor, existe uma mudança da conta Capital Social para Patrimônio Social.

É de suma importância a demonstração do Superávit ou Déficit, pois é através desta será identificada a alocação dos recursos obtidos bem como o custo e as despesas incorridas com as atividades, tornando-se assim um grande avaliador do cumprimento da missão da Entidade, além de avaliar as ações dos Gestores a frente delas.

Características Básicas da Contabilidade do Terceiro Setor

A estrutura patrimonial definida pela Lei das Sociedades por Ações (Lei 6404/1976) é à base da contabilidade do Terceiro Setor. Tratamos como base, pois a nomenclatura de alguns termos deve variar no caso da contabilidade do Terceiro Setor.

Segundo Olak (2010:69), o conceito de Patrimônio Líquido é o mesmo tanto nas empresas quanto nas Entidades sem Fins Lucrativos. A equação patrimonial clássica não se altera, ou seja, Patrimônio Líquido Social (PLS) = ATIVO – PASSIVO (exigibilidades). O Acréscimo, entretanto, do termo *SOCIAL* é recomendado por expressar mais adequadamente a quem, efetivamente, “pertence” o Patrimônio Líquido, ou seja, à própria sociedade em sentido lato.

A contabilidade registra os recursos recebidos para atender as atividades ou projetos específicos de forma separada (em fundos), valendo-se das restrições pelos doadores externos à entidade ou mesmo observando restrições impostas pelos órgãos diretivos da entidade. Afirma também que na prática existirão, em uma entidade, vários tipos de “fundos” como. Por exemplo, “Fundo para Construção de Sede Social”, “Fundo para Bolsa de Estudos”, “Fundos de Pesquisa”, etc.

Demonstrações Contábeis para o Terceiro Setor

Os recursos financeiros utilizados pelas entidades que compõem o Terceiro Setor são, normalmente, derivados de interações com o Estado, organismos oficiais, organismos privados internacionais, fundações nacionais e internacionais, empresas nacionais e internacionais dos diversos segmentos da economia, bem como donativos que podem envolver recursos monetários ou outros tipos de recursos conseguidos por essas instituições.

Esses recursos financeiros chegam às instituições do Terceiro Setor, principalmente, sob a forma de contribuições, doações, subsídios, sendo que essas modalidades de ativos podem ser assim definidas:

Contribuições – transferências voluntárias e incondicionais de ativos para uma entidade (beneficiária) advinda de outra entidade que não espera receber valor em troca e não age como um proprietário (doador). A contribuição também pode ocorrer sob a forma de cancelamento de passivos do beneficiário.

Doações – “transferências gratuitas, em caráter definitivo, de recursos financeiros ou do direito de propriedade de bens, com finalidade de custeio, investimento e immobilizações, sem contrapartida do beneficiário.” (BRASIL, NBC T19. 4, item 19.4.2.1). Essas doações podem ou não possuir algum tipo de restrição.

Subsídios – contribuições pecuniárias, previstas em lei orçamentária, concedidas por órgãos do setor público a entidades públicas ou privadas, com o objetivo de cobrir despesas com a manutenção e custeio, com ou sem contraprestação de bens ou serviços pela entidade beneficiada.

Durante longo período, a falta de previsão no ordenamento jurídico do país sobre uma legislação contábil específica aplicável às instituições do Terceiro Setor fez com que seus dirigentes usassem legislações aplicáveis a outras organizações, em especial às empresas.

A Resolução CFC nº 1409/2012 – Entidade Sem Fins Lucrativos - conhecida como ITG 2000, [...] estabelece critérios e os procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidades sem fins lucrativos.

As demonstrações contábeis que devem ser apresentadas pelas entidades sem finalidade de lucros são o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas, conforme previsto na NBC TG 26 ou na seção 3 da NBC TG 1000, quando aplicável.

As mesmas têm suas estruturas estabelecidas por meio da Lei n.º 6.404/76 – Lei das Sociedades por Ações e pela NBC T 3 emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A NBC T 10.19 determina que, na preparação das demonstrações contábeis, as contas de Capital Social e Lucros ou Prejuízos Acumulados deverão ser substituídas, respectivamente, por Patrimônio Social e Superávit ou Déficit do Exercício.

Além das demonstrações, também devem conter notas explicativas que contenham informações que facilitem o entendimento das mesmas, detalhadas na ITG 2002.

A existência de certas incoerências nas práticas contábeis e de divulgação de informações adotadas por instituições sem fins lucrativos nos EUA levou o *Financial Accounting Standards Board*. (FASB) à realização de um projeto, cujo objetivo era unificar certas informações básicas a serem apresentadas aos diversos usuários. O Resultado do trabalho conjunto iniciado em 1986 e desenvolvido pelo *American Institute of Certified Public Accountants (AICPA)* e pelo FASB e publicado em Junho de 1993, o FAS 117 apresentou como uma de suas principais inovações a obrigação das entidades sem fins lucrativos elaborarem um conjunto de demonstrações financeiras composto por:

- a) Relatório de Posição Financeira
- b) Relatório de Atividades
- c) Relatório do Fluxo de Caixa
- d) Notas explicativas

No desenvolvimento do projeto, o FASB pressupôs que os usuários externos das demonstrações contábeis publicadas pelas instituições do Terceiro Setor têm interesses comuns em relação a avaliar:

- (a) os serviços oferecidos pela organização e sua capacidade de continuar a oferecer esses serviços e;
- (b) como os administradores cumprem com suas responsabilidades e outros aspectos relacionados ao seu desempenho;

Assim sendo, a proposta do conjunto de demonstrações contábeis é oferecer aos usuários da Contabilidade informações sobre:

- (a) o montante e a natureza dos ativos, passivos, e do ativo líquido da organização,
- (b) os efeitos das transações e outros eventos e ocorrências que alteram o montante e a natureza do ativo líquido,
- (c) o montante e o tipo do fluxo de entradas e saídas de recursos econômicos durante um período;
- (d) a lista de como as organizações obtém, gastam e pagam empréstimos e outros fatores que afetam sua liquidez e;
- (e) os serviços realizados por uma organização.

O conceito básico usado nas demonstrações é o de Ativos Líquidos refletindo uma das principais preocupações das entidades do Terceiro Setor, que é a reposição dos ativos para garantir a continuidade da prestação de serviços à comunidade.

O Relatório de Posição Financeira evidencia os Ativos Líquidos classificados em Irrestritos, Temporariamente Restritos e Restritos, possibilitando maior entendimento da real capacidade das entidades de continuarem desenvolvendo os projetos/programas sociais.

O Relatório de Atividades não adota a mesma estrutura da Demonstração de Resultados elaborada pelas empresas. O demonstrativo evidencia o conjunto de receitas e ganhos e o de despesas e perdas separadamente, além das despesas serem separadas por categorias, o que permite avaliar o desempenho da entidade no desenvolvimento de suas atividades.

A adoção da Demonstração do Fluxo de Caixa ao invés da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos pode garantir o entendimento da situação financeira da entidade por parte de um conjunto maior de usuários, pois a primeira é de mais fácil entendimento.

- Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é uma demonstração contábil indispensável a qualquer tipo de organização, quer explore ou não atividade lucrativa. É uma “fotografia” (por isso denominado estático) da entidade em dado momento, evidenciando, de forma sucinta, a situação econômica, financeira e patrimonial da mesma. Assim como nas empresas, o Balanço Patrimonial, para ser útil aos seus usuários, deve refletir, tempestiva e qualitativamente, a situação patrimonial das Entidades sem fins lucrativos (ESFL), caso contrário perde totalmente seu valor. O Patrimônio Líquido, segundo a norma contábil “compreende os recursos próprios da entidade e o seu valor é a diferença entre o valor do Ativo e o valor do Passivo”, que pode ser positivo, nulo, ou negativo. Esta regra geral contábil determina ainda, a substituição da conta Capital Social das organizações com finalidade de lucros pela expressão “Patrimônio Social”, não fazendo alusão a mudança na denominação do Grupo do Patrimônio Líquido.

Portanto conclui-se que o Patrimônio Líquido possui as mesmas características das empresas do segundo setor e a denominação de Patrimônio Social/Líquido considera o fato de o patrimônio pertencer à sociedade e não a particulares.

Para Olak (2010:68) a estrutura patrimonial definida pela Lei das Sociedades por Ações (legislação societária) pode e (deve) ser adotada pelas entidades sem fins lucrativos. Algumas adaptações devem ser feitas e dizem respeito, principalmente, à nomenclatura de algumas contas a serem utilizadas, e isso a NBC T 10.19 já procurou fazer, mesmo que tenha sido de forma muito tímida.

ABEL – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCADORES LASSALISTAS**BALANÇO PATRIMONIAL**
31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012
(Em Reais)**ATIVO**

	<u>Notas</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes	4	20.358.284,31	29.937.830,24
Aplicações financeiras	5	24.444.605,80	9.176.269,08
Clientes	6	8.586.802,46	10.565.583,93
Adiantamentos	7	2.137.001,51	2.501.314,56
Despesas antecipadas		<u>48.878,23</u>	<u>67.977,92</u>
Total do Ativo Circulante		55.575.572,31	52.248.975,73
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Depósitos judiciais para recursos	13 d	137.845,70	112.359,28
Investimento	8	10.566.152,87	11.946.002,88
Imobilizado líquido	9	202.711.508,63	205.789.557,11
Intangível líquido	10	<u>170.391,43</u>	<u>258.318,39</u>
Total do Ativo Não Circulante		213.585.898,63	218.106.237,66
TOTAL DO ATIVO		269.161.470,94	270.355.213,39

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

PASSIVO

	<u>Notas</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	3g	950.370,22	1.546.712,75
Obrigações trabalhistas e sociais	11	7.559.065,85	7.504.355,83
Obrigações fiscais e tributárias		777.572,78	614.542,57
Anuidades antecipadas	12	4.820.678,62	5.738.477,55
Recursos de projetos - convênios		59.474,86	36.310,17
Outros		<u>293.144,18</u>	<u>36.713,46</u>
Total do Passivo Circulante		14.460.306,51	15.477.112,33
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Provisão para contingências	13	<u>13.672.000,00</u>	<u>14.437.770,00</u>
Total do Passivo Não Circulante		13.672.000,00	14.437.770,00
PATRIMÔNIO SOCIAL			
Patrimônio social	14	150.947.862,14	155.503.523,14
Reserva de reavaliação	15	86.458.046,24	89.492.468,92
Superávit / (Déficit) do acumulado		<u>3.623.256,05</u>	<u>(4.555.661,00)</u>
Total do Patrimônio Social		241.029.164,43	240.440.331,06
TOTAL DO PASSIVO		269.161.470,94	270.355.213,39

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Fonte: ABEL – Exercício/2013

- Demonstração de superávit ou déficit do exercício

A norma contábil que trata das demonstrações contábeis para o Terceiro Setor, determina a alteração da nomenclatura de 'lucro ou prejuízo do exercício' para 'superávit ou déficit do exercício'. Esta demonstração tem por objetivo principal, nas entidades sem fins lucrativos, evidenciar todas as atividades desenvolvidas pelos gestores relativas a um determinado período de tempo, denominado "Exercício". Assim, por este motivo, prefere-se utilizar a expressão "Demonstração do Superávit ou Déficit das Atividades, no caso da ABEL

entidade utilizada no presente estudo de caso “Demonstração do Superávit /Déficit do Exercício”.

A ênfase dada aqui é a atividade e não ao resultado, como ocorre nas entidades de fins lucrativos, no final é claro será evidenciado, também, o resultado (superavitário ou deficitário), mas a entidade sem fins lucrativos, a grande questão fica por conta das atividades desenvolvidas não sendo evidenciada a questão do resultado.

Essa demonstração, independentemente da terminologia adotada, é de fundamental importância para essas entidades por evidenciar, efetivamente, as ações dos gestores e termos de volume de recursos obtidos e custos e despesas empregadas nas atividades dessas entidades.

Segundo Olak (2010:73) o que leva as EFSL a utilizarem as terminologias *superávit* ou *déficit* em vez de lucro ou prejuízo este intimamente relacionado às suas finalidades institucionais. Seria contrassenso usar-se lucro ou prejuízo para as entidades que, por natureza, não tem fins lucrativos.

ABEL – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCADORES LASSALISTAS			
<u>DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO</u>			
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012			
(Em Reais)			
<u>OPERAÇÕES CONTINUADAS</u>			
	Notas	2013	2012
RECEITAS DE ENSINO			
Receitas de ensino		129.451.877,72	115.522.706,21
(-) Bolsas sociais e Prouni		(20.425.895,43)	(18.877.689,13)
(-) Bolsas funcionais		(4.240.379,66)	(4.128.332,11)
(-) Devoluções e descontos		(13.888.618,80)	(13.014.868,71)
Sub-total das Receitas de Ensino		90.896.983,83	79.501.816,26
OUTRAS RECEITAS			
Receitas de alugueis		3.679.351,93	3.454.131,07
Receita com taxas e serviços administrativos		1.054.209,99	1.312.255,22
Receita com repasse de materiais escolares		2.030.727,20	1.824.434,46
Receitas de doações		189.903,12	184.841,90
Receita de realização da reserva de reavaliação		2.628.334,02	2.631.541,68
Outras		692.176,95	1.702.590,81
Total das Receitas		101.171.687,04	90.611.611,40
CUSTOS E DESPESAS			
Despesas c/ colaboradores		(65.208.451,07)	(60.999.499,07)
Despesas c/ serviços prestados		(5.386.937,89)	(5.554.142,79)
Despesas impostos e contribuições		(1.357.351,50)	(1.228.053,88)
Despesas administrativas e gerais		(22.615.791,16)	(18.891.742,03)
Despesas de depreciação / amortização		(8.619.614,33)	(8.605.628,55)
Resultado na venda de imobilizado		4.068.054,15	(159.126,52)
Despesas com assistência social - Gratuidades	16	(21.660.076,33)	(20.887.085,20)
Reversão de valores econômicos - Gratuidades	16	21.660.076,33	20.887.085,20
Outras despesas		(1.703.218,91)	(1.866.863,25)
Total dos Custos e Despesas		(100.823.310,71)	(97.305.056,09)
SUPERÁVIT / (DÉFICIT) ANTES DAS RECEITAS/DESPESAS FINANCEIRAS		348.376,33	(6.693.444,69)
RECEITAS/DESPESAS FINANCEIRAS			
Receitas financeiras		4.222.335,74	3.628.590,71
Despesas financeiras		(947.456,02)	(1.490.807,02)
Total Líquido das Receitas/Despesas Financeiras		3.274.879,72	2.137.783,69
SUPERÁVIT / (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		3.623.256,05	(4.555.661,00)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Fonte: ABEL – Exercício/2013

-Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Social (DMPLS)

No tocante a legislação tributária, a elaboração das Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido somente se faz obrigatória em empresas de capital aberta. Em linhas gerais, essa demonstração explicará como e por que as diversas contas do patrimônio líquido modificam-se durante o período.

Nas ESFL, é muito útil para explicar as modificações ocorridas no patrimônio Líquido Social (PLS) durante determinado período.

Nessa demonstração há os saldos no início do período e os acréscimos/decrécimos por doações recebidas, superávit ou déficit obtido nas Demonstrações do Superávit ou Déficit do Exercício e, eventualmente, por possíveis ajustes ao Patrimônio Social. A DMPLS se assemelha algebricamente à Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido das empresas.

ABEL – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCADORES LASSALISTAS				
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL				
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012				
(Em Reais)				
	Patrimônio Social	Reserva de Reavaliação	Superávit / (Déficit) Acumulado	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	163.579.389,65	92.124.010,60	(8.075.866,51)	247.627.533,74
Incorporação do superávit/déficit exercícios de anteriores ao Patrimônio Social	(8.075.866,51)	-	8.075.866,51	-
Realização da Reserva de Reavaliação	-	(2.631.541,68)	-	(2.631.541,68)
(Deficit) do Exercício	-	-	(4.555.661,00)	(4.555.661,00)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	155.503.523,14	89.492.468,92	(4.555.661,00)	240.440.331,06
Incorporação do superávit/déficit exercícios de anteriores ao Patrimônio Social	(4.555.661,00)	-	4.555.661,00	-
Realização da Reserva de Reavaliação	-	(3.034.422,68)	-	(3.034.422,68)
Superávit / (Deficit) do Exercício	-	-	3.623.256,05	3.623.256,05
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	150.947.862,14	86.458.046,24	3.623.256,05	241.029.164,43
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis				

Fonte: ABEL – Exercício/2013

-Demonstração Fluxo de Caixa (DFC) (Em substituição a DOAR)

Com a mudança na Legislação societária, a elaboração e a divulgação, seguindo a tendência mundial, tornam-se obrigatórias para algumas empresas. A DFC, nas ESFL, é uma necessidade administrativa, um instrumento de apoio ao processo de tomada de decisão e também de controle gerencial.

Segundo Olak (2010:74), as ESFL elaboram periodicamente a DFC, para atender a administração, bem como os associados, membros, e outros usuários. Essa Demonstração é muito bem aceita por evidenciar recebimentos e pagamentos o período e o respectivo saldo existente para fazer face às outros compromissos vincendos. É de fácil interpretação, porém não deve ser usada isoladamente para fins de tomada de decisão, uma vez que não evidencia outros aspectos importantes só contemplados nas demais demonstrações contábeis.

A elaboração desta demonstração contábil nas entidades de Terceiro Setor tem os seguintes propósitos:

- Identificar as fontes de geração de recursos (entradas de caixa);
- Identificar os itens que consomem o caixa, durante o período; e
- Apresentar o saldo de caixa, na data de elaboração e publicação das demonstrações contábeis.

Ainda segundo Slomski (2012:31), a Demonstração dos Fluxos de Caixa disponibiliza informações que permitem aos usuários avaliar: a) as variações ocorridas no Patrimônio Líquido; b) a estrutura financeira(liquidez e solvência); c) a capacidade de alteração dos

valores e dos prazos dos fluxos de caixa; e d) a comparabilidade dos relatórios de desempenho operacional de diferentes entidades, pois elimina os efeitos decorrentes do uso de diferentes tratamentos contábeis para as mesmas transações e eventos.

ABEL – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCADORES LASSALISTAS		
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012		
(Em Reais)		
	2013	2012
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
RESULTADO LÍQUIDO AJUSTADO:	<u>11.270.818,59</u>	<u>3.583.981,18</u>
Superávit / (Déficit) do exercício	3.623.256,05	(4.555.661,00)
Despesas/Receitas que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	8.619.614,33	8.605.628,55
Reserva de reavaliação realizada	(3.034.422,68)	(2.631.541,68)
Aumento (redução) na estimativa de créditos de difícil liquidação	2.837.065,43	454.217,30
Aumento (redução) na estimativa de férias a pagar	(8.924,54)	680.568,01
Aumento (redução) na provisão para contingências	(765.770,00)	1.030.770,00
VARIAÇÕES NOS ATIVOS	<u>(15.768.694,36)</u>	<u>2.574.200,67</u>
Redução (aumento) aplicações financeiras	(15.268.336,72)	6.990.244,42
Redução (aumento) créditos a receber	(493.970,91)	(4.489.549,47)
Redução (aumento) despesa do exercício seguinte	19.099,69	3.902,75
Redução (aumento) depósitos judiciais para recursos	(25.486,42)	69.602,97
VARIAÇÕES NOS PASSIVOS	<u>(1.007.881,28)</u>	<u>3.859.518,39</u>
Aumento (redução) fornecedores	(596.342,53)	442.465,20
Aumento (redução) obrigações fiscais e tributárias	163.030,21	35.669,73
Aumento (redução) obrigações trabalhistas e sociais	63.634,56	38.932,42
Aumento (redução) contratos de financiamento	(36.713,46)	(79.482,48)
Aumento (redução) anuidades antecipadas	(917.798,93)	3.385.893,35
Aumento (redução) recursos de projetos - convênios	23.164,69	36.310,17
Aumento (redução) outras obrigações	293.144,18	(270,00)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>(5.505.757,05)</u>	<u>10.017.700,24</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de imobilizado	(4.668.557,38)	(4.149.354,99)
Venda de investimento	365.531,24	-
Venda de imobilizado	229.237,26	204.549,02
Aquisição de intangível	-	(105.796,76)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	<u>(4.073.788,88)</u>	<u>(4.050.602,73)</u>
FLUXO DE CAIXA (APLICADO) GERADO NO EXERCÍCIO	<u>(9.579.545,93)</u>	<u>5.967.097,51</u>
Caixa e equivalentes no início do período	29.937.830,24	23.970.732,73
Caixa e equivalentes no final do período	<u>20.358.284,31</u>	<u>29.937.830,24</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(9.579.545,93)</u>	<u>5.967.097,51</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Fonte: ABEL – Exercício/2013

Notas Explicativas

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis, formam um complemento a ela, acrescentando informações que por algum motivo não foram evidenciadas

nas Demonstrações Contábeis. Essas notas já estão previstas na legislação societária (Lei 6404/76, art.176), porém no que diz respeito às ESFL, mais informações devem ser acrescentadas, por serem específicas às mesmas. Para Andrade (1991:326), além dessas notas explicativas tratadas pela legislação societária, as ESFL devem acrescentar outras informações que julgarem importantes, citando as seguintes:

- a) uma explicação sobre seus objetivos e sobre sua condição de não visar lucros;
- b) critérios de reconhecimento das Receitas e Despesas;
- c) divulgação das doações recebidas, sua natureza, política de registro contábil e valores;
- d) divulgação das receitas de subvenção, aplicação dos recursos e valores envolvidos;
- e) criação de fundos e situação dos já existentes; e
- f) “divulgação do status da organização em relação à legislação do Imposto de Renda.”

Principais práticas contábeis:

Caixa e equivalentes de caixa: inclui o caixa, depósitos bancários e investimentos de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e risco insignificante de mudança de valor. **Aplicações financeiras:** registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício social, equivalentes ao seu valor de recuperabilidade. **Clientes:** referem-se a direitos a receber de alunos, pela contra prestação de serviços educacionais, registrados pelo custo da transação, reduzido pela estimativa de perdas por créditos incobráveis, sem necessidade de ajuste a valor presente. **Depósitos judiciais:** registrados ao custo histórico. **Investimentos em propriedades e Imobilizado:** registrado ao custo histórico, acrescido de reavaliação espontânea e deduzido da depreciação, a qual é calculada pelo método linear considerando a vida útil do bem, reduzido ao valor recuperável se necessário. **Intangível:** registrado ao custo histórico, deduzido da amortização, a qual é calculada pelo método linear considerando a vida útil do bem, reduzido ao valor recuperável se necessário. **Fornecedores:** demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos encargos incorridos, quando aplicáveis. O giro é de curto prazo. **Obrigações trabalhistas e sociais:** foram registrados os valores efetivamente devidos e inclui a licença remunerada (férias) com os respectivos encargos já incorridos até a data do balanço. **Anuidades antecipadas:** registradas pelo custo da transação firmado contratualmente, correspondente à parcela recebida antecipadamente por conta de serviço a ser prestado no exercício seguinte, momento em que será reconhecida a receita de ensino. **Contratos e financiamentos:** registrados pelo valor total a pagar, deduzido dos respectivos encargos a incorrer, resultando no saldo líquido devido na data do balanço. Os encargos incorridos são registrados nas despesas financeiras. **Provisões para Contingências cíveis, trabalhistas e tributárias:** constituídas pelo montante considerado suficiente para cobrir as eventuais perdas, sendo revisada periodicamente com base na opinião de nossos assessores jurídicos. **Apuração de resultado:** as despesas e receitas em geral são registradas pelo regime de competência. As receitas provenientes de doações e contribuições de terceiros são registradas por ocasião de seu recebimento, tendo em vista não haver razoável segurança de sua realização. **Gratuidades:** são contabilizados em contas de resultado ao longo de todo o exercício. As gratuidades são demonstradas no grupo de contas devedoras de despesas, intituladas “Despesas Econômicas Obras Sociais – Gratuidades”, porém, para efeito demonstrativo, estes valores são revertidos dentro do próprio exercício no grupo de contas credoras do resultado com o título de “Reversão Valores Econômicos – Gratuidades” e, seu efeito no resultado do exercício é nulo. **Isenção usufruída:** a entidade é isenta da contribuição empresarial devida ao INSS sobre a folha de pagamento e sobre serviços tomados de autônomos, a COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, e a CSLL – Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido. As respectivas contribuições dos valores que seriam devidos são registradas em conta de despesa, tendo como contra partida o reconhecimento de um passivo. Depois de atendidos os requisitos da Lei 12.101/2009 o reconhecimento da isenção usufruída é registrado baixando-se o passivo em contra partida à conta redutora da despesa denominada "Benefícios Obtidos - Isenções".

Fonte: Relatório Notas Explicativas – ABEL/2013

Quadros Demonstrativos Suplementares

Os quadros contribuem por evidenciar detalhes que deveriam conter nos demonstrativos tradicionais e que não são cabíveis no corpo destes. Já nos suplementares são apresentados demonstrativos contábeis de um ângulo diferente, sob outra perspectiva de avaliação e comparação.

Prestação de Contas

Diante da necessidade fundamental que a Entidade do Terceiro Setor tem em manter um relacionamento com seus públicos (doadores, cliente social, Estado, associados, voluntários, funcionários, etc.), garantindo assim sua sobrevivência e manutenção de seus objetivos sociais, importante à prestação de contas.

O que é prestar contas?

Significa que cumpriu sua missão, que fez aquilo que se propôs que aplicou corretamente os recursos. É comprovar que realizou os encargos aos quais estavam sob sua responsabilidade. É justificar o uso dos recursos obtidos através da confrontação de suas receitas e despesas.

É atender às exigências morais, legais e contábeis.

As formas de Evidenciação Contábil

A Associação Brasileira de Educadores Lassalista, mantém seu público a par dos seus atos, mantendo um elo de compromisso com eles.

É importante ressaltar que a contabilidade da instituição conta com uma estrutura própria para a contabilidade, que está sempre preocupada com a transparência, rigor técnico e principalmente o acompanhamento da legislação contábil para o Terceiro Setor.

Todos os seus demonstrativos são auditados por uma Auditoria Externa (que também é uma forma de evidenciação contábil), desde que a Lei passou a exigir isso.

O conteúdo do Parecer compõe basicamente de quatro parágrafos. Um que faz referencia a responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis, outro sobre a responsabilidade dos auditores independentes, sua opinião sobre os demonstrativos estudados e por fim a ênfase.

Considerando-se assim também, mais uma preocupação da ABEL, de proporcionar transparência a seus usuários quanto às informações prestadas, além de se adequarem sempre as exigências feitas pelo Ministério da Justiça. Importante ressaltar também que a ABEL se utiliza de outras formas de evidenciação, como o relatório da Diretoria, com o Parecer do Conselho Fiscal, contando com a ajuda de seu tesoureiro Waldemiro Scheneider, bem como a de seu Presidente Paulo Petry.

4. CONCLUSÃO

As organizações de Terceiro Setor não tem Capital Próprio, seus patrimônios são constituídos e mantidos por meio de doações, contribuições e isenção de tributos, necessitando ter sempre suas atividades explícitas para captar recursos. Neste contexto a contabilidade surge como ferramenta fundamental no desenvolvimento dessas entidades, como fonte de visibilidade, transparência e credibilidade das mesmas.

No Brasil, as demonstrações contábeis elaboradas pelas entidades de Terceiro Setor são adaptações dos demonstrativos desenvolvidos para as empresas de iniciativa privada, porém tem características e perspectivas diferentes, onde o doador de recursos tem uma preocupação diferente da do investidor, preocupa-se principalmente em garantir que seu investimento social seja bem utilizado, empregado. Faz-se necessário uma adequação das demonstrações contábeis as necessidades do Terceiro Setor, para uma melhor avaliação do seu desempenho na aplicação de recursos recebidos.

O Terceiro Setor tem grande importância, pois contribui com os mecanismos socioambientais que não são totalmente dominados pelo Estado. Por esse motivo, o Estado por meio da Lei os incentiva em questões tributárias, concedendo imunidade constitucional para as entidades que atenderem aos requisitos do artigo 150 da Constituição Federal e isenção de parte dos tributos para àquelas que se enquadrem nos requisitos de outras leis, como, por exemplo, a Lei 12.101/09.

A Contabilidade da ABEL deve receber elogios pelo trabalho de sua equipe e de seu contador Adriano Wolfman e seu Supervisor Paulo Henrique Canosa, que relata: “Na Contabilidade do Terceiro Setor o Contador deve estar atento à particularidade que o Setor exige não só no acompanhamento de legislação e normatizações específicas, mas também na mensuração dos dados a serem contabilizados. Na Associação Brasileira de Educadores Lassalistas isto não é diferente, temos a grande responsabilidade no Setor Contábil da entidade de cumprir a legislação vigente que se atualiza a todo o instante, mas também a grande missão de transmitir de forma mais transparente e objetiva todo o trabalho desenvolvido pela entidade na Área da Educação e Assistência Social além de deixar claro o cumprimento de seus fins estatutários”.

REFERÊNCIAS

Slomski, Valmor. Contabilidade do terceiro Setor: uma abordagem operacional: aplicável às associações, fundações, partidos políticos e organizações religiosas. São Paulo: Atlas, 2012.

Olak, Paulo Arnaldo. Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (Terceiro Setor) /Diogo Toledo do Nascimento. – 3. ed. São Paulo: Atlas,2010.

GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa – 4ª Edição, São Paulo, Atlas, 2008.

MARTINS, Gilberto de Andrade. Epistemologia da pesquisa em administração. 110 f. Tese (Livre docência) – Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.

Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>, acessado em: 01/10/14.

Disponível em:
http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2003/000966, acessado em: 26/08/14.

Disponível em:
<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t1019.htm>, acessado em: 26/08/14.

Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Lei/L12868.htm, acessado em: 16/10/14.

Disponível em:
<http://www.dcomercio.com.br/especiais/dcdigital/>, acessado em: 01/10/2014.

Disponível em:
<http://www.escolaaberta3setor.org.br/>, acessado em: 15/09/2014.

ATIVIDADES, Relatório de. Exercício 2013 – Ano Base 2014. Associação Brasileira de Educadores Lassalistas – ABEL. São Paulo.